



Mestrinho defende esforço contra a biopirataria no país

Página 4



Delcídio sugere alternativas para mudar Previdência

Página 7

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.713 - Brasília, sexta-feira, 6 de junho de 2003

Avança acordo sobre rolagem de dívida rural

Entendimentos conduzidos pelo presidente do Senado, José Sarney, envolvem também 66 medidas provisórias anteriores à atual regulamentação, que devem ser votadas pelo Congresso



ENTENDIMENTO. Renan e Sarney deixam a reunião em que líderes trataram da votação de MPs

Reunidos com o presidente do Senado, José Sarney, os líderes partidários avançaram ontem no rumo de um entendimento para a votação da medida provisória que autoriza a renegociação das dívidas de agricultores. A matéria está trancando a pauta do Plenário. Conforme o líder do governo, Aloizio

Mercadante, já existe acordo para rolagem das dívidas até R\$ 15 mil e alternativas em discussão para os débitos até R\$ 35 mil. Permanece em aberto a questão das dívidas dos grandes agricultores. Os entendimentos visam também à votação de 66 MPs editadas pela norma anterior, que devem ser examinadas em sessão do Congresso.

Página 3

Antero pede uma CPI sobre contas CC-5

O senador Antero Paes de Barros insiste na instalação de CPI para investigar remessas ilegais de dólares por meio das chamadas contas CC-5. Já a senadora Ideli Salvatti afirma que a investigação está sendo bem conduzida pela Polícia Federal.

Página 8



DEBATE. CAS também aprovou realização de audiência sobre a ocupação de terras públicas em Brasília

Auditoria aponta falhas em programa social

A Comissão de Assuntos Sociais decidiu ontem encaminhar à Comissão de Fiscalização e Controle informações sobre falhas encontradas no Programa

de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Os problemas foram constatados em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União.

Página 5

Aprovados nomes de dois embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores aprovou os nomes de Osmar Vladimir Chohfi e George Ney de Souza para as embaixadas de Andorra e Zâmbia. Ambos continuam também nas funções que já ocupam na Espanha e em Zimbábue.

Página 6

Senado abriga mostra sobre a Marinha

Com a presença do presidente do Senado, José Sarney, será aberta, às 12h da próxima segunda-feira, no Salão Negro do Congresso Nacional, a exposição "Marinha do Brasil - Um passado de glória presente na memória". Com entrada franca, a exposição estará aberta diariamente até 22 de junho, das 9h às 12h e das 14h às 18h, apresentando parte do acervo histórico e das atividades desenvolvidas pela Marinha nas áreas de construção naval, operações e formação de pessoal, além de pesquisa e tecnologia.

O evento é uma iniciativa do Senado Federal e da Marinha do Brasil, em comemoração ao aniversário da Batalha Naval do Riachuelo (11 de junho de 1865), ato crucial para pôr fim à Guerra do Paraguai (1864-1870).

Iris discute verbas do FNDE com prefeitos

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) recebeu ontem, para um café da manhã, os prefeitos de todas as regiões de Goiás, com os quais conversou sobre a distribuição de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A senadora orientou os prefeitos a habilitarem seus municípios para receber o benefício.

Segundo a senadora Iris de Araújo, esses municípios deverão ser incluídos na lista dos que têm acesso ao FNDE para que, com tais recursos, possam adquirir veículos destinados ao transporte escolar.



Agenda

Encontro de mulheres parlamentares

De segunda a quarta-feira, ocorre em Brasília o 1º Encontro de Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa. A abertura será às 9h30 de segunda-feira, no Auditório

Petrônio Portella do Senado Federal. As inscrições, gratuitas, podem ser feitas pela Internet: www.senado.gov.br. Mais informações pelo telefone (61) 311-3122.

Audiência sobre atendimento a pacientes renais

O secretário de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, Jorge Solla, participa de audiência pública na Subcomissão Temporária da Saúde na próxima terça-feira, a partir das 19h.

Será o segundo encontro na subcomissão para discutir assistência à saúde dos pacientes renais crônicos. O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) - foto - é o autor do requerimento.



Plenário retoma votações na terça-feira

As sessões de hoje e de segunda-feira, que se iniciam às 9h, são dedicadas a comunicados da Mesa e a pronuncia-

mentos de parlamentares. Na sessão de terça-feira, os senadores devem votar a medida provisória que trata da renegociação das

dívidas dos produtores rurais. A medida provisória está trancando a pauta de votações em Plenário.



Projeto exhibe hoje filme "O Demolidor"

O filme *O Demolidor* vai ser exibido pelo projeto Cultura ao Meio-Dia, hoje, às 12h, no Auditório Petrônio Portella, com entrada franca. Produção americana, o filme,

dirigido por Marco Brambilla, tem 115 minutos de duração e traz Sylvester Stallone, Wesley Snipes e Sandra Bullock como atores principais.

Exposição sobre Marinha do Brasil

Em comemoração ao aniversário da Batalha Naval do Riachuelo (foto), será aberta na segunda-feira, ao meio-dia, no Salão Negro do Congresso Nacional, a exposição "Marinha do Brasil - Um passado de glória presente na memória". Com entrada franca, a exposição estará aberta ao público até o dia 22 de junho, de segunda a domingo, das 9h às 12h e das 14h às 18h.



Seminário do Interlegis

Para aumentar o intercâmbio de informações e experiências bem-sucedidas e fortalecer a comunidade virtual do Poder Legislativo, ocorre, na terça e quarta-feira, no Senado Federal, o 2º Seminário Nacional Interlegis. A abertura será na terça-feira, no Auditório Interlegis, às 9h30. Maiores informações: (61) 311-2556 ou www.interlegis.gov.br.

Literatura na Rádio Senado

Sempre aos domingos, às 9h, a Rádio Senado FM apresenta o programa *Autores e Livros*, com a escritora Margarida Patriota. No programa, Margarida comenta lançamentos e realiza entrevistas com autores, editores e críticos literários. No domingo, o convidado é o escritor Álvaro Faleiros, um dos autores do livro *Latitudes - Poesia Canadense*.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Rosevelt Pinheiro

DIVISÃO. César Borges ressaltou que a União contribui com a menor fatia dos recursos (13%)

Borges diz que governo federal atrasa metrô

O senador César Borges (PFL-BA) culpou o governo federal pelo atraso na obra de construção do metrô de Salvador. De acordo com o senador, a União não tem cumprido os repasses sob sua responsabilidade para a obra. Além disso, acrescentou, o governo não estaria permitindo que os repasses do Banco Mundial - parceiro do empreendimento - cheguem ao país.

- O Banco Mundial liberou o equivalente a R\$ 15 milhões, bloqueados em Nova York há cinco meses porque o Ministério da Fazenda resiste em internalizar no país - afirmou.

Como consequência dos atrasos, disse o senador, o cronograma do projeto já está comprometido. César Borges salientou a importância da obra para a capital baiana, a terceira maior metrópole do país. O projeto solucionaria o problema do transporte de massas da cidade.

- É preciso que uma autoridade deste governo venha prestar satisfação à população de Salvador sobre essa quebra de contrato, sobre o desemprego que está provocando com a redução do ritmo da obra e sobre os transtornos que vai gerar na capital baiana - disse, frisando que o orçamento da obra, de US\$ 307,8 milhões, foi dividido entre o Banco Mundial (49%), o estado e a prefeitura (38%) e a União (13%).

César Borges acusou o governo federal de falta de transparência. Segundo ele, parlamentares federais do PT apresentaram informações inverídicas de que o governo estaria com os compromissos em dia. César Borges afirmou que relatório da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) comprovou o descumprimento.

Demostenes elogia governo Marconi Perillo

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) fez um balanço positivo da administração do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), à frente do estado desde 1999. O parlamentar citou realizações nas áreas de educação, cultura, saúde, saneamento básico, segurança pública, agricultura e administração. A ênfase maior do pronunciamento foram os reflexos da gestão de Perillo na área de preservação ambiental.

– Investir em saneamento é investir em saúde e meio ambiente, mas nem sempre foi assim. Grande parte das riquezas naturais goianas acabou degradada ao longo de décadas de descaso. Perillo multiplicou por 14 a área ambiental protegida no estado e implantou o Prêmio de Gestão Ambiental e o Comitê Gestor da Bacia do Rio Meia Ponte – afirmou.

Demostenes assinalou a necessidade de preservação do Rio Araguaia. Ele disse que o governo goiano faz a sua parte, quando, por exemplo, intensifica a fiscalização da pesca.

Em aparte, a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) apoiou as iniciativas de proteção ao Araguaia.

Na área de educação, o senador ressaltou a criação da Universidade Estadual de Goiás e de programas que permitem o acesso de estudantes carentes ao ensino.

O senador, que foi secretário de Segurança no primeiro mandato de Perillo (1999-2002), observou que essa área também recebeu atenção especial do governo.

– Investimos na motivação dos policiais e dos bombeiros. O pessoal da segurança não recebia reajuste havia oito anos e Perillo subiu os salários em média 40% – lembrou.



Rosenelt Pinheiro

AVANÇO. Demostenes diz que governador multiplicou por 14 as áreas preservadas em Goiás



Jane de Araújo

NEGOCIAÇÃO. Mercadante, Fernando Bezerra e Tião Viana após a reunião com o presidente José Sarney

Avança acordo de líderes para a votação de MPs

■ Segundo Mercadante, só não existe consenso quanto à rolagem das dívidas dos grandes produtores rurais

O presidente do Senado, José Sarney, reuniu-se na manhã de ontem com os líderes partidários da Casa para avaliar a pauta de votações, especialmente no que diz respeito às negociações em busca de um acordo para votação da Medida Provisória nº 114, que autoriza a renegociação das dívidas de agricultores e está trancando a ordem do dia do Plenário.

Segundo o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), já existe acordo para a rolagem das dívidas de até R\$ 15 mil, e prosseguem os entendimentos para os débitos de até R\$ 35 mil. Ainda está em aberto, informou, a negociação a respeito de dispositivo incluído pela Câmara relativo às dívidas dos grandes agricultores.

Os entendimentos dos líderes partidários visam também à votação de 66 medidas provisórias editadas antes da adoção de novas regras para as MPs, e que por isso precisam ser votadas em sessão do Congresso Nacional. Mercadante informou que já existe consenso sobre pelo menos 40 delas.

De acordo com o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), se houver convocação extraordinária do Congresso em julho, o Senado votaria a proposta de reforma do Judiciário nesse período.

O impasse das lideranças em torno do projeto se deve principalmente ao valor dos financiamentos que poderão ser renegociados. A proposta estabelece que empréstimos de até R\$ 35 mil podem ser beneficiados, mas os descontos valem apenas para os de até R\$ 15 mil.

Proposta vai a Plenário na próxima semana

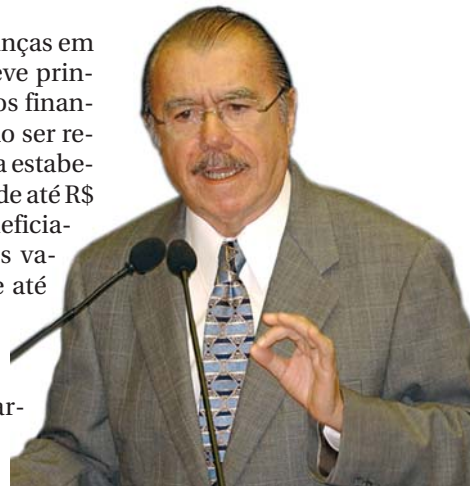
Ainda sem acordo partidário, o Plenário não votou na tarde de ontem o mérito do projeto de conversão da medida provisória que autoriza os bancos a renegociarem as dívidas dos agricultores. O presidente do Senado, José Sarney, informou que colocará o projeto em votação na próxima semana.

O Plenário já votou parecer favorável sobre a juridicidade do projeto de conversão, apresentado à MP pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Ela informou que a medida beneficiará 825 mil contratos de empréstimos, principalmente de assentados da reforma agrária e pequenos agricultores. Ideli pediu aos líderes partidários que cheguem a acordo com rapidez, permitindo que esses produtores regularizem sua situação e possam tomar novos financia-

mentos.

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem da solenidade de posse de Maurício Corrêa na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e de Nelson Jobim na vice-presidência da mesma Corte.

Ainda ontem, Sarney esteve no encontro, no Palácio da Alvorada, entre o presidente Lula e lideranças do PMDB. Os se-



Rosenelt Pinheiro

nadores Renan Calheiros (AL) e Amir Lando (RO) também participaram.

O objetivo da reunião foi comunicar a Lula que a executiva nacional do PMDB apoiará o governo.

Aprovada homenagem a René Dreifuss

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do pesquisador René Armand Dreifuss e apresentação de condolências à família e ao estado do Rio de Janeiro. Dreifuss, segundo Suplicy, "foi um caso de amor pelo Brasil". Conforme disse o senador, a tese de doutoramento do professor na Universidade de Glasgow (Escócia) é considerada uma das mais brilhantes e completas análises dos acontecimentos que culminaram na instauração do regime militar em março de 1964. Uruguaio de nascimento, optou por ser brasileiro, tendo se naturalizado no início da década de 80, destacou o senador.

Suplicy registrou que Dreifuss formou-se em História e Ciência Política pela Universidade de Haifa, em Israel, e obteve o grau de mestrado, ainda em Ciência Política, na Universidade de Leeds, Inglaterra. Dreifuss foi professor em diversas universidades brasileiras.

Reajuste do salário mínimo requer debate

O senador João Alberto Souza (MA) conclamou o seu partido, o PMDB, a integrar esforços com o PFL para a fixação do salário mínimo em R\$ 300 – o equivalente a US\$ 100 – em 2004. O parlamentar fez o apelo a propósito da próxima votação, pelo Senado, da medida provisória que fixa o mínimo em R\$ 240. Para ele, só a negociação antecipada permitirá dar ao mínimo um reajuste real maior.

João Alberto lembrou que toda vez que se deixa a negociação sobre o valor do salário mínimo para o início do ano há calorosas discussões sobre projeções inflacionárias e gastos públicos. – A iniciativa de discutir com antecedência reúne melhores condições de se chegar a um resultado mais condizente com as dificuldades do trabalhador.



Célio Azevedo

João Alberto: discussão antecipada

Para Renan, sociedade precisa se desarmar

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) voltou a defender ontem seu projeto de lei que proíbe o comércio de armas em todo o Brasil, alarmado com o aumento constante da criminalidade. Números oficiais divulgados recentemente pela imprensa, disse o senador, comprovam que a violência e o crime organizado "estão em todas as partes do país".

O parlamentar afirmou que, dos quase 6 mil municípios brasileiros, menos de 100 são mais problemáticos na questão da criminalidade. Ele citou o caso de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, que registrou aumento de 71% nos homicídios. Outro dado apresentado pelo senador revela que em 95% dos homicídios o agressor conhece a vítima – tais crimes são cometidos pelo cidadão comum armado.

A partir de estudos desenvolvidos por sociólogos, Renan explicou que o desenvolvimento desordenado aglutinou em torno das cidades uma massa da população urbana que convive com a abundância e a riqueza.

Essa população, assinalou, não se integra nem tem meios para se integrar aos mercados sofisticados de produção e consumo, e acaba utilizando-se do crime para tentar romper essa barreira.

– O principal exponencial da violência nos grandes centros não é o homicídio, mas o assalto a mão armada. Em São Paulo, por exemplo, no último ano, foram registrados 25 assassinatos por dia e mais de 2 mil roubos – disse.

Renan citou o coronel da reserva da PM de São Paulo, José Vicente da Silva Filho, para quem uma das medidas emergenciais para reduzir de forma rápida e eficiente o número de homicídios é a restrição ao uso de arma de fogo.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) apoiou o empenho de Renan Calheiros e assinalou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, que preside, está focando a questão da criminalidade e da violência como "uma das principais no país".



VIOLÊNCIA. Renan disse que 95% das vítimas conhecem assassinos

Paulo Octávio registra debate sobre turismo

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) comunicou ontem a realização da primeira videoconferência entre a Subcomissão de Turismo do Senado e 12 assembleias legislativas estaduais. Além dos senadores que integram a subcomissão, também participaram deputados da Subcomissão de Turismo da Câmara, o presidente da Embratur, Eduardo Sanovicz, e o ministro do Turismo, Walfredo Mares Guia.

Paulo Octávio, que preside a subcomissão, criada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), relatou que a videoconferência durou três horas, e foram discutidos o Plano Nacional de Turismo e as metas para os próximos anos, incluindo a

geração de 1,2 milhão de empregos no setor.

– Implantamos nas assembleias a vontade de criar suas próprias subcomissões de turismo – afirmou.

O senador disse ainda que estão programadas novas videoconferências com debates regionais nos próximos meses.

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC), que integra a subcomissão, participou da videoconferência e pediu ao governo que invista maciçamente no setor turístico. O senador César Borges (PFL-BA) fez sugestões para incrementar o setor, citando experiências bem-sucedidas em seu estado, a Bahia.



META. Turismo quer criar 1,2 milhão de empregos, revelou Paulo Octávio

Mestrinho quer esforço contra a biopirataria

■ Senador elogia os resultados da CPI da Câmara que investigou o tráfico de animais e plantas

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) chamou a atenção do Senado para a relevância da questão amazônica, notadamente no que diz respeito à biopirataria. O senador elogiou o trabalho e disse que merecem atenção as conclusões da CPI da Câmara dos Deputados sobre o Tráfico de Animais e Plantas Silvestres da Fauna e Flora Brasileira.

Mestrinho afirmou que a forma mais eficaz de combate à biopirataria é o investimento na bioprospecção, a implantação de pólos de bioindústrias, propiciada por ações em favor da pesquisa e do desenvolvimento e de parcerias entre os centros de pesquisa, laboratórios e empresas.

O senador amazonense ressaltou que o futuro deve ter por



PATRIMÔNIO. Mestrinho revelou que o Brasil é detentor de 23% da biodiversidade do planeta

base um novo conceito de progresso, que descarta a economia predatória e centra-se no aproveitamento racional e responsável dos recursos naturais do patrimônio da Amazônia.

Mestrinho destacou entre as recomendações da CPI da Câmara a reformulação da legislação vigente sobre a exploração e proteção dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional da biodiversidade amazônica. A legislação atual,

disse o senador, é inadequada para a realidade mundial e brasileira devido a "lacunas, ambigüidades e incoerências jurídicas" que dificultam a defesa, a proteção e o usufruto do patrimônio genético da Amazônia.

O parlamentar voltou a afirmar que a legislação ambiental brasileira é equivocada e que tem contribuído para reforçar a "postura ambivalente, mal-intencionada e astuta do preservacionismo, que preconiza a intocabilidade do patrimônio natural amazônico".

Mestrinho vê na legislação o "propósito escuso de impedir que o Brasil tome a dianteira mundial da produção florestal, agrícola e bioindustrial no mercado desses produtos".

O senador afirmou que o Brasil é detentor de 23% da biodiversidade do planeta, sendo, portanto, alvo da cobiça internacional. De acordo com cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o patrimônio genético nacional tem um valor potencial de US\$ 2 trilhões.

Pavan anuncia protesto de produtores rurais



Pavan acha que agricultor está sem perspectiva

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) alertou o governo federal para a decisão dos produtores rurais das cidades de Curitiba – principal produtora de alho do país – e Joaçaba, importante reduto de suinocultores, ambas localizadas no meio-oeste catarinense, de paralisar suas atividades

hoje, em protesto contra as dificuldades que estão enfrentando para colocar seus produtos no mercado interno ou exportá-los.

– Reconheço que as autoridades econômicas têm sido atenciosas nas respostas aos nossos ofícios, mas de resultados concretos não tivemos nada – disse o senador catarinense.

Pavan lembrou que tem usado freqüentemente a tribuna do Senado para alertar o governo sobre a falta de perspectiva dos produtores rurais, sobretudo da Região Sul. Em Curitiba, disse o senador, depois de obterem uma colheita animadora, os produtores já perderam mais de 20 mil toneladas de alho e cebola, depois que o Brasil começou a importar alho da China e da Argentina.

Em Joaçaba, de acordo com Leonel Pavan, a paralisação deverá envolver a totalidade dos suinocultores. Eles não estão conseguindo vender a produção e o governo não tem feito nada para tranquilizá-los, afirmou.

Pavan também homenageou os municípios de Agronômica e Caibi (SC), que completam hoje, respectivamente, 39 e 38 anos de fundação.

Mão Santa: nutricionistas devem apoiar Fome Zero



Mão Santa: refeições balanceadas

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse ontem que o programa Fome Zero precisa ser aperfeiçoado, frisando que não pode ser um projeto de caridade e deve incluir mecanismos de controle nutricional, para que não provoque obesidade entre os seus beneficiados.

Mão Santa citou reportagem da jornalista Fabiane Leite, do jornal *Folha de S. Paulo*, que entrevistou o médico britânico Phillip James, presidente de uma força-tarefa internacional contra a obesidade, que participou de fórum sobre o assunto em Brasília. Segundo as conclusões do fórum, o Brasil gasta anualmente R\$ 1,5 bilhão com excesso de peso e doenças relacionadas à falta de educação alimentar. O senador lembrou que 40% da população brasileira está acima do peso.

– O Fome Zero deve ter nutricionistas que orientem as pessoas para que se alimentem com qualidade, de forma adequada. Quando governei o Piauí, preocupado com os mais carentes, criei os restaurantes Sopa na Mão, que diariamente serviam refeições balanceadas, nutritivas, sob orientação e supervisão de nutricionistas – explicou. Mão Santa também comentou afirmação do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), segundo o qual o vice-presidente da República, José Alencar, seria "abilado". Na verdade, disse o senador pelo Piauí, "abilado" seria o ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano.

Após novela, A Voz do Cidadão recebe 5 mil ligações

Durante a reunião de ontem da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) destacou a referência, no capítulo de quarta-feira da novela *Mulheres Apaixonadas*, da Rede Globo, ao serviço A Voz do Cidadão, do Senado, como importante fonte de informação sobre os direitos dos idosos. Após a

transmissão da novela, o serviço, gratuito e que pode ser acionado pelo telefone 0800 612211, recebeu 5 mil ligações.

Na novela, os personagens Leopoldo e Flora, interpretados por Osvaldo Louzada e Carmem Silva, comentam com o neto a existência do serviço. No diálogo, são reforçados os benefícios que o Senado, por

meio do serviço mantido pela Subsecretaria de Relações Públicas, pode trazer para os idosos.

– A novela continuará divulgando o 0800. Essa é uma importante integração entre a sociedade e o Senado, demonstrando a modernidade da instituição – disse Sérgio Cabral, que agradeceu à Rede Globo, aos atores e ao autor da novela,

Manoel Carlos.

A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), cumprimentou o senador, que é presidente da Subcomissão do Idoso, pela iniciativa.

Em Plenário, Sérgio Cabral frisou que a divulgação do serviço deu continuidade à aprovação, semana passada, do Estatuto do Idoso.



Roque de Sá

SERVIÇO. Sérgio Cabral disse que *Mulheres Apaixonadas* continuará divulgando o 0800

Comissão de Fiscalização investigará falhas no Peti

Relatório de Quintanilha sobre o programa de combate ao trabalho infantil é aprovado na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem relatório do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) sobre auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Instituído em 1996, o Peti é coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com estados e municípios, e objetiva eliminar o trabalho de crianças em atividades perigosas, insalubres e degradantes. Como a auditoria apontou falhas no programa, Quintanilha concluiu seu relatório pelo encaminhamento das informações à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC).

O trabalho do TCU, disse o senador, teve como finalidade contribuir para melhorar o desempenho do Peti a partir da



Waldemar Rodrigues

INFORMAÇÕES. Quintanilha relatou auditoria feita pelo TCU no programa

disseminação de boas práticas, identificando pontos que precisam ser aperfeiçoados. Os auditores concentraram seu trabalho no controle dos recursos aplicados, na qualidade das atividades oferecidas na jornada escolar ampliada e nos aspectos de administração do programa.

No relatório, Quintanilha observou que o ministro do TCU Adylson Motta, responsável pela auditoria, apontou "inúmeras deficiências" no programa, como a ausência de dados precisos sobre a quantidade de

crianças trabalhando e a inexistência de critérios uniformes entre os municípios para a inclusão de crianças no Peti.

Outra falha apontada pelo TCU é o atraso na liberação de recursos para pagamento da Bolsa Criança-Cidadã, concedida pelo Peti. Técnicos do tribunal constataram que em 95% dos municípios houve atrasos no repasse de recursos.

Os senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) solicitaram todas as informações recolhidas pela auditoria, para que as comissões do Senado não tomem decisões baseadas apenas em fragmentos dos relatórios produzidos pelo TCU.

– O Peti atende a cerca de 80 mil crianças e tem modificado o destino desses jovens. É importante corrigir as falhas, pois um programa como o Peti tem papel importantíssimo e precisa ser fortalecido – disse Teotônio Vilela.

Venda de terras no DF gera audiências

A requerimento do senador Eurípedes Camargo (PT-DF), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidiu ontem realizar audiência pública para discutir a aplicabilidade da Lei de Licitações e da legislação sobre regularização de bens imóveis da União no que se refere à venda de terrenos federais e da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap). Com a iniciativa, o senador espera possibilitar a regularização de condomínios instalados em terras públicas no Distrito Federal.

Embora a Terracap seja ligada ao governo do Distrito Federal, Eurípedes argumenta que a



Jane de Araújo

ÁREAS PÚBLICAS. Eurípedes Camargo espera a regularização dos condomínios no DF

União é detentora de 49% do capital da empresa e, por isso, compete ao Senado Federal e

ao Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalizar as atividades do órgão.

Entre os convidados para a audiência pública na CAS estão o secretário de Patrimônio da União, Pedro Celso; o procurador-geral do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Furtado; o conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal Jorge Ulisses Jacoby; o presidente da Terracap, Eri Varela; a promotora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Ana Luiza Leão Osório; e a representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil Tânia Batella.

Gestão de APA no Ceará tem decisão adiada

O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) apresentou ontem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) relatório favorável ao projeto de lei da Câmara que transfere da União para o estado do Ceará a gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) de Jericoacoara. A decisão sobre a matéria foi adiada para a próxima semana, com a concessão de vista, pela presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), ao senador Eurípedes Camargo (PT-DF). A APA está localizada no litoral do estado, próxima à divisa com o Piauí.

O projeto determina a proteção da biodiversidade local, dos ecossistemas de praias, mangues, restingas, dunas, formações geológicas de potencial paisagístico e científico.

– As APAs permitem a coexistência entre conservação ambiental e desenvolvimento, uma vez que nessas áreas não há rígidas restrições à ocupação humana e à atividade econômica. Essas unidades devem ser criadas e administradas com a participação das comunidades diretamente envolvidas – argumentou o relator.

Somente assim, disse Reginaldo Duarte, será possível assegurar ação governamental eficiente na área, já que o governo federal não tem estrutura institucional para dar condições mínimas de habitabilidade à comunidade local.



José Cruz

CONTROLE. Reginaldo Duarte quer o Ceará administrando a APA de Jericoacoara



Roosevelt Pinheiro

DIREITOS. Programa promoverá a cidadania entre os jovens, afirmou Mozarildo

Mozarildo elogia o TRE de Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) elogiou ontem a iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Roraima de implantar o programa Eleitor do Futuro na rede escolar estadual e municipal, pública e privada. Haverá eleições simuladas em anos eleitorais, com a utilização de urnas eletrônicas similares às utilizadas nas eleições oficiais.

Segundo Mozarildo, o programa promoverá a cidadania entre os jovens por meio de aulas, palestras, concursos de redação e atividades pedagógicas referentes ao processo eleitoral, com a finalidade de consolidar e aprimorar a inclusão política da juventude.

O senador avalia que o processo eleitoral somente será aprimorado quando os candidatos que se apresentarem forem de melhor qualidade e quando o eleitor for consciente da importância de seu voto, preparando-se para ser candidato e decidir os rumos da nação.

Ele explicou que o programa foi idealizado pelo ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, ex-corregedor-geral eleitoral, e já está implantado em vários estados. “Ao se associar à iniciativa, o TRE de Roraima colocará o estado nessa tarefa relevante de promover cidadania entre os jovens”, afirmou.

Indicações de diplomatas vão ao exame do Plenário

■ CRE também aprova pedido ao Itamaraty para que apóie família de brasileira assassinada nos EUA

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem parecer favorável à indicação do diplomata Osmar Vladimir Chohfi para, cumulativamente com a embaixada na Espanha, chefiar a chancelaria brasileira no Principado de Andorra. O colegiado também acolheu a indicação do diplomata George Ney de Souza, para acumular a função com a de representante brasileiro no Zâmbia. As mensagens vão ao Plenário.

Foi ainda aprovado requerimento do presidente da comissão, senador Eduardo Suplicy

(PT-SP), solicitando ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que sejam enviadas ao Senado as propostas apresentadas pelo Brasil e pelos Estados Unidos para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Eduardo Suplicy lembrou ser competência da Casa fiscalizar os acordos internacionais firmados pelo país.

Por sugestão do senador Hélio Costa (PMDB-MG), a comissão enviará carta assinada por seus integrantes ao Ministério das Relações Exteriores pedindo apoio para a família da brasileira Elisabel Aparecida Ferreira Vitalino, assassinada, no último dia 1º, em Miami (EUA). O traslado do corpo custará cerca de R\$ 13 mil, e a família não tem condições de arcar com a despesa. A carta pede "urgentes esforços para resolver trâmites burocráticos e for-

necimento de suporte financeiro à família da vítima".

Nigeriana

Recebeu parecer favorável da senadora Heloísa Helena (PT-AL) requerimento do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) propondo voto de solidariedade à nigeriana condenada à morte por ter tido um filho depois de divorciada. A senadora informou que o requerimento será enviado ao presidente daquele país e ao tribunal islâmico responsável pela sentença. A expectativa internacional é de que a pena seja anulada, informou a senadora.

A comissão decidiu sustar exame do projeto de iniciativa de Suplicy regulamentando o controle externo das atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A tramitação foi interrompida porque há projeto semelhante aguardando votação na Câmara.



SEGURANÇA. Comissão do Mercosul aprovou Justiça gratuita

Fim de visto entre os países do Mercosul recebe voto favorável

Na reunião de ontem, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou relatório recomendando ao Congresso a aprovação do texto do acordo destinado a eliminar os entraves burocráticos à livre circulação de pessoas oriundas dos quatro países que fazem parte do bloco – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – e dos dois países associados, Bolívia e Chile.

O acordo, assinado em Florianópolis (SC), no ano de 2000, dispensa dos trâmites administrativos migratórios a solicitação de vistos, a renovação de prazo de permanência e outras exigências, como apresentação de cédulas de identidade e atestados negativos de antecedentes criminais.

Outra matéria aprovada foi o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, assinado na província de Buenos Aires, em 2002. O objetivo é assegurar uma

adequada interpretação e cumprimento das normas jurídicas que compõem o Mercosul, a fim de equacionar supostas divergências sobre aspectos técnicos que porventura surjam na aplicação dos instrumentos de políticas comerciais comuns.

Foi aprovado o texto do acordo que assegura Justiça e assistência jurídica gratuita entre os Estados que fazem parte do Mercosul. Por meio desse instrumento, se um cidadão argentino em trânsito no Brasil, por exemplo, precisar dos serviços da Justiça brasileira, terá o mesmo tratamento dado a qualquer cidadão brasileiro.

Para o relator, deputado Feu Rosa (PSDB-ES), "o acordo vai gerar melhor distribuição da justiça, a valorização do Direito e o incremento da segurança jurídica, beneficiando, principalmente, as pessoas que circulam ou residem no exterior, no âmbito do Mercosul".



ALCA. Comissão de Relações Exteriores quer conhecer documentos sobre mercado comum americano

Teotonio pede ao governo que libere recursos para Alagoas

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) pediu ao governo federal que retire o contingenciamento de verbas orçamentárias destinadas a Alagoas, entre elas R\$ 13 milhões para o chamado Canal do Sertão, que levará água do Rio São Francisco a 27 municípios pobres do estado.

O contingenciamento, segundo Teotonio Vilela Filho, provocou a paralisação de projetos importantes para o estado, como a revitalização do São Francisco, a execução do canal,

a ampliação do aeroporto de Maceió e obras de esgotamento sanitário.

– Alagoas pede ao governo Lula o que o presidente Lula foi pedir aos países ricos do G-8: sensibilidade para o combate à fome e à miséria. Só assim o presidente poderá comparecer às próximas reuniões do G-8 com autoridade moral inabalada para fazer cobranças dos países ricos – afirmou.

Em aparte, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) apoiou Teotonio e disse que a adoção



PARALISAÇÃO. Teotonio Vilela quer retomada de obras essenciais para o estado

de contingenciamento dos recursos do Orçamento da União "precisa ser repensada".

Lúcia Vânia elogia projeto ambiental

Ao lembrar a passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado ontem, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou projeto de recuperação ambiental realizado na cidade de Santa Helena, situada no sudoeste de Goiás.

– O projeto consiste em replantar árvores nativas e do cerrado em praticamente todas as nascentes dos rios que cortam o município – explicou a senadora, acrescentando que a iniciativa serve de exemplo para o país.

Segundo Lúcia Vânia, a recuperação de nascentes e



RECUPERAÇÃO. Iniciativa do município de Santa Helena foi destacada por Lúcia Vânia

matas no município já beneficia 120 hectares. "Além do plantio, também existe em Santa Helena um trabalho muito importante de educação ambiental que promove a conscientização dos moradores."

Delcidio quer alterar projeto da Previdência

Senador não vê razão para cobrar de aposentados e defende que teto valha para novos servidores

O senador Delcidio Amaral (PT-MS) fez ontem uma análise do projeto de reforma da Previdência encaminhado pelo presidente Lula ao Congresso e sugeriu várias alterações no texto original. Uma delas é a retirada da obrigatoriedade da contribuição previdenciária para os atuais aposentados e pensionistas do setor público.

Um artigo assinado pelo atual presidente do PT, José Genoí-



CONCORDÂNCIA. Delcidio citou artigo de Genoíno contra cobrança de aposentados

no, publicado em 1999 no *Correio Braziliense*, foi citado por Delcidio. No texto, o então deputado analisava a pertinência de cobrar contribuições de aposentados que já teriam con-

tribuído para obter o benefício. Genoíno analisava que o princípio de não tributar benefício parecia correto, apesar da existência de algumas distorções. Ele justificava que a correção dos erros do passado não poderia ocorrer mediante um confisco, como o que estaria então sendo proposto pelo governo Fernando Henrique.

– Acredito que a reforma da Previdência e a reforma tributária deverão criar plenas condições para a retomada do crescimento econômico, reduzin-

do, assim, a crise previdenciária. Não vejo, portanto, necessidade de se discutir o mérito da cobrança ou não dos aposentados e pensionistas, que geraria uma arrecadação de apenas R\$ 1 bilhão, com tremendo desgaste político. Concordo com o princípio de que não tributar benefício parece correto – afirmou Delcidio.

Em relação à previdência pública, o senador concordou com as propostas do governo de aumentar o limite da idade mínima para aposentadoria, determinar um redutor para os servidores que anteciparem a aposentadoria e fixar o teto de R\$ 2.400 tanto para a iniciativa privada quanto para o servidor

público. Porém, diferente da proposta oficial, ele quer que esta última medida vigore só para os que ingressarem a partir de agora no serviço público.

– Há necessidade premente de mudanças tendo como objetivo alcançar o reequilíbrio das contas da Previdência. Qualquer outro objetivo, como “acabar com os privilégios dos servidores públicos”, “tornar o sistema mais justo, aproximando as aposentadorias dos setores público e privado”, “criar um sistema mais universal e menos desigual”, são simples colocações de quem desconhece a realidade brasileira e tem uma visão míope do problema previdenciário – disse Delcidio.



SOLIDARIEDADE. Parlamentares estiveram com Paulo Paim para lamentar gesto do ministro Berzoini

Paim recebe manifestação de desagravo

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS), acompanhados de vários deputados, levaram ontem ao vice-presidente do Senado, senador Paulo Paim (PT-RS), manifestação de desagravo e solidariedade contra o fato de ele não ter sido recebido na terça-feira pelo ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, a quem levaria idéias para a reforma previdenciária.

– Não receber adversário é antidemocrático, injustificável, mas até compreensível. Não receber correligionário não passa pela minha cabeça. E quando um correligionário é a autoridade de um Poder, no caso presidente do Senado, é um ato que merece repulsa, razão pela qual estamos aqui –

disse Agripino, líder do PFL, referindo-se ao fato de que, na terça-feira, Paim respondia pela Presidência do Senado.

Já o senador Arthur Virgílio, líder do PSDB, afirmou que Ricardo Berzoini não teria, “em sua consciência”, desagravado a audiência marcada com Paulo Paim. Em sua opinião, o que houve foi a ação do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

– Tenho feito alertas e mais alertas a respeito da escalada autoritária que vai tomando conta do cérebro do ministro José Dirceu. Figura afável na Câmara, correto, agradável, fraterno, o ministro empalma hoje um somatório de poderes tão enorme, tão majestoso, que tenho a impressão de que ele começa a sofrer distúrbios interiores e psicológicos, a ponto de imaginar que pode dizer ao

ministro para não receber o senador – comentou Virgílio.

Agradecendo a manifestação de desagravo, Paim frisou que nos últimos dois dias passaram por seu gabinete representantes de todos os partidos, sendo também volumoso o número de mensagens de solidariedade que recebeu de todo o país.

– Sinto que essa solidariedade que estou recebendo não é só com Paulo Paim, é com a instituição e com o próprio processo democrático – disse o senador, acrescentando que torce para que essa audiência agendada e não realizada tenha sido apenas um incidente.

O deputado Raul Jungmann (PMDB-PE) também discursou no ato de desagravo, ao qual esteve presente, entre outros parlamentares, o senador Eurípedes Camargo (PT-DF).

Almeida Lima apóia artigo de Brizola sobre reforma

Dizendo agir “de moto-próprio”, sem cumprir nenhuma orientação partidária, o senador Almeida Lima (PDT-SE) leu ontem artigo do presidente nacional de seu partido, Leonel Brizola, intitulado “Previdência: mais que um erro, uma imoralidade cruel”.



Almeida Lima também se solidariza com Paim

O senador disse que o artigo – que condena “a taxaço dos inativos e os demais atentados aos direitos dos trabalhadores contidos no simulacro de reforma da Previdência proposto pelo governo Lula” – retrata a opinião do diretório nacional e também sua opinião pessoal. Acrescentou que Brizola é “uma das figuras mais vivas da República, de consciência equilibrada, que tem a capaci-

dade de prever fatos políticos positivos, mas também fatos políticos danosos”.

No artigo, Leonel Brizola afirma esperar “que o presidente Lula abra os olhos” diante do poder econômico, dos bancos e do Fundo Monetário

Internacional (FMI), para ver “aonde o estão levando”. Observa que o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, “chega ao absurdo de recusar-se a receber o vice-presidente do Senado, o petista Paulo Paim (RS), só porque este é coerente e rejeita a taxaço dos inativos”. Almeida Lima aproveitou para, em seu nome e em nome do PDT, prestar solidariedade a Paim.

Seminário Nacional Interlegis debate mudança política

O II Seminário Nacional Interlegis discute a reforma política na terça e na quarta-feira. A reforma e seu impacto na comunidade legislativa estarão em debate em oito grupos de discussão. Palestras e debates tratarão também sobre proposições atuais relacionadas ao Legislativo e mostrarão experiências bem-sucedidas de assembleias legislativas e câmaras municipais que fazem parte do Interlegis. Cada participante poderá se inscrever antecipadamen-

te em três grupos de discussão.

O presidente do Senado, José Sarney, comparece à sessão solene de abertura, às 9h de terça. Também estarão presentes o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, o presidente do Tribunal de Contas da União, Valmir Campello, e o 1º secretário da Mesa, senador Romeu Tuma (PFL-SP), diretor nacional do Interlegis.

Para maiores informações, basta ligar para (0xx61) 311-2556 ou acessar www.interlegis.gov.br.

CONTAS CC-5

Antero cobra CPI sobre envio ilegal de dinheiro

■ Crime prescreve no ano que vem, alerta senador ao pedir pressa aos líderes partidários

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) fez um apelo ontem aos líderes partidários no Senado para que reconheçam a necessidade de instalar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a remessa ilegal de US\$ 30 bilhões para contas CC-5 da agência do Banestado em Nova York. Ele lembrou que o crime de remessa ilegal de divisas prescreve no próximo ano.

– Se não ajudarmos a Polícia Federal e o Ministério Público Federal nessas investigações, no ano que vem não existirá mais o crime. Neste caso, o Brasil tem pressa porque o crime prescreve e, como disse o dele-



APURAÇÃO. Antero lembra que a Câmara dos Deputados já criou a CPI da Evasão Fiscal

gado da Polícia Federal, nós temos 30 bilhões de motivos para criar a CPI – alertou.

Antero observou que, na última terça-feira, a Câmara dos Deputados criou a CPI da Evasão Fiscal e as operações de remessa ilegal envolvendo o Ba-

nestado serão investigadas. O senador lembrou que o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, convocou as lideranças partidárias e cobrou a indicação dos nomes para a CPI.

Segundo Antero, é preciso defender João Paulo Cunha das pressões do ministro-chefe do Gabinete Civil, José Dirceu.

O senador Almeida Lima (PDT-SE) disse esperar que as CPIs sirvam para dar ao país lugar de destaque entre as nações que respeitam a ética. José Agripino (PFL-RN) afirmou que seu partido vai ouvir a bancada sobre a conveniência de instalar a CPI no Senado.

Antero ainda manifestou solidariedade ao vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), no episódio em que o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, não recebeu o senador em audiência previamente marcada, na terça-feira.

Ideli quer lei para recuperar US\$ 30 bi

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu a decisão dos líderes partidários no Senado de arquivar o requerimento de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar fraudes cometidas por meio de contas CC-5 na agência do Banestado de Nova York.

– Não autorizei ninguém a retirar assinaturas do requerimento de CPI, porque não tenho poder para autorizar nenhum senador a fazer qualquer coisa – garantiu a senadora, para quem a investigação da lavagem de dinheiro, crime contra a ordem tributária e fraude cambial pelo uso das contas CC-5 está muito bem encaminhada pela Polícia Federal e pelo controlador-geral da União, Waldir Pires.

– As investigações estão aos cuidados de gente responsável, preparada, como Waldir Pires, e a força-tarefa da Polícia Federal que cuidava do assunto foi restaurada pelo governo – explicou. Ela disse ainda que houve uma decisão unânime

dos líderes partidários de rejeitar a CPI e que “isso precisa ser respeitado”.

A senadora lamentou que a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) não se reúna há três semanas, o que está retardando a elaboração de um projeto de lei que irá aperfeiçoar a Lei de Lavagem de Dinheiro.

– Imaginem que a lei atual não prevê o crime contra a ordem tributária, e o prazo de prescrição é de apenas cinco anos. Com isso, os roubos cometidos em 1996 e 1997 prescreveram, o dinheiro está irremediavelmente perdido. É preciso correr para tentar recuperar os US\$ 30 bilhões desviados a partir de 1998 – alertou.

Ideli Salvatti acrescentou que uma CPI no Senado não teria o poder de investigar documentos nos Estados Unidos.

Em aparte, o senador Almeida Lima (PDT-SE) perguntou por que o PT e a própria senadora têm posturas diferentes em casos semelhantes.

– Na Assembléia Legislativa



LACUNA. A lei não prevê crime contra a ordem tributária, adverte Ideli Salvatti

da Bahia, resolveu-se apurar as denúncias contra o senador Antonio Carlos Magalhães, mesmo com um inquérito correndo na Polícia Federal.

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) destacou a importância de se aprovar projeto de resolução de Antero Paes de Barros que proíbe a retirada de assinatura de um requerimento. Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que, com o pronunciamento da senadora, iria para casa bem mais tranqüilo.

Heráclito pede investigação em secretaria do Piauí

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu ao controlador-geral da União, ministro Waldir Pires, que determine a realização de investigação na Secretaria de Serviço Social do Estado (Serse) do Piauí. O pedido foi baseado em notícias veiculadas ontem em Teresina, segundo as quais o secretário da Serse, Roberto John, acusa o advogado Antonio de Deus de corrupção. Este, por sua vez, acusa o secretário de utilizar indevidamente recursos de convênios com o governo federal. Antonio de Deus foi demitido esta semana do cargo de assessor técnico da Serse.

Também foram lidos por Heráclito Fortes trechos da matéria “Wellington Dias afirma que servidores foram afastados por corrupção”, publicada na página da Internet do Portal AZ (www.portalaz.com.br). Segundo o texto, o governador do Piauí teria revelado que já afastou mais de cem servidores do quadro do estado por justa causa. Destes, mais de 50 exerciam cargos comissionados. Os funcionários demitidos teriam sido afastados por corrupção, cobrança de propina e faltas ao trabalho.

– Estou fazendo esse pedido



PREOCUPAÇÃO. Heráclito contabiliza dez corruptos demitidos por mês no estado

para preservar o governador Wellington Dias. Em cinco meses de governo, foram 50 ocupantes de cargos de confiança afastados, o que dá uma média de dez corruptos por mês demitidos. Isso em um governo que mal começou. O governador, ao demitir, o faz com coragem. Mas o que parece é que ele não tem mecanismos suficientes para fiscalizar esses atos – observou o senador.

Heráclito Fortes elogiou Wellington Dias “por estar governando o Piauí desprovido de qualquer sentimento de ódio ou revanche contra seus adversários”.

Garibaldi condena o corte de recursos para o Proágua

O contingenciamento de recursos para a conclusão das obras do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido (Proágua) recebeu ontem críticas do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Ele disse que há R\$ 22 milhões em recursos previstos no Orçamento para o programa que não foram liberados.

– Os recursos serão necessários à boa gestão do programa. Para as obras, estamos na expectativa da liberação de outros R\$ 68 milhões – afirmou.

Garibaldi Alves sustentou a necessidade do programa, lembrando que foi ele, quando governador, que autorizou a instalação de cerca de mil quilômetros de tubulações, que permitiram levar água a regiões secas no Rio Grande do Norte.

No mesmo pronunciamento, o senador registrou o acordo celebrado entre o Senado e o Tribunal de Contas da União (TCU) para o treinamento de



NECESSIDADE. Garibaldi diz que autorizou instalação de mil quilômetros de tubulações

profissionais de ambas as instituições.

– Trata-se de evento de enorme importância para o Senado e para a atividade parlamentar como um todo, vez que o Tribunal de Contas forma, ao lado das duas Casas do Legislativo, o tripé que assegura o exercício daquela que é, talvez, uma das mais importantes missões constitucionais: a fiscalização dos três Poderes – analisou.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Mão Santa e Efraim Morais